



**O nosso contributo para a História  
da Reforma Agrária em Portugal**

**Uma experiência mais**

# Cooperativa Agrícola Popular da Torre Bela

**Torre Bela**

**duma Tapada Real...  
a uma Cooperativa Agrícola e Popular  
ou o fim do Feudalismo em Portugal**



**23 de Abril de 1976**

**a comemorar o 23 de Abril 75  
tornado possível pelo 25 de Abril 74**



## **PÓRTICO**

**NÓS OS TRABALHADORES DA TORRE BELA  
ESTAMOS EM LUTA CONTRA O FEUDALISMO,  
O CAPITALISMO, A BURGUESIA LATIFUNDIÁRIA  
E OS NOSSOS PRÓPRIOS DEFEITOS.**

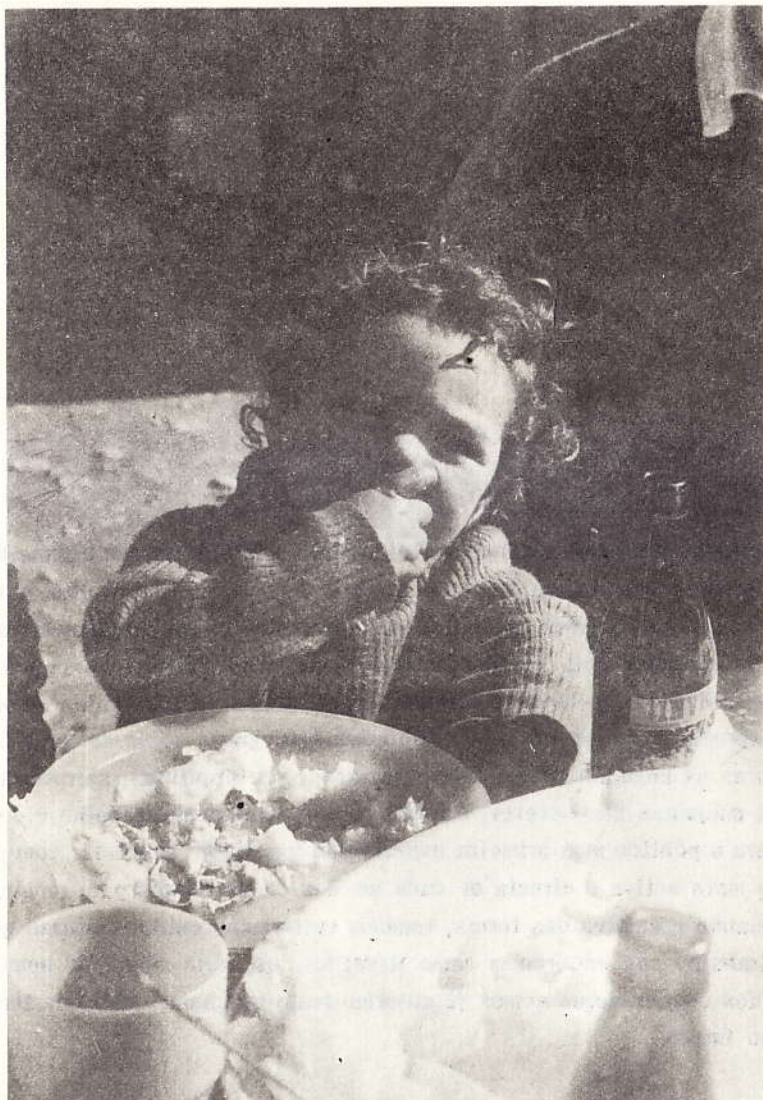
**QUE AS TERRAS POR NÓS RECUPERADAS  
NOS DÊM OS MEIOS DA  
NOSSA PRÓPRIA RECUPERAÇÃO HUMANA E SOCIAL**

**QUE O TRABALHO, O COMER, O DISCUTIR  
O APRENDER E O GERIR  
CONSTITUAM UM SÓ TEMPO  
- O TEMPO DE VIVER**

**SEM PRIVILÉGIOS, INDIVIDUAIS OU DE GRUPO  
BRAÇOS ABERTOS À FRATERNIDADE  
ENTRE TODOS OS EXPLORADOS DO MUNDO.**

## **PREFÁCIO**

Empurrados pela comissão de trabalhadores a interpretar um anseio de todos os cooperadores que desejavam celebrar o 1.º aniversário com uma informação feita por gente nossa; ideia aplaudida em Assembleia Geral, alguns foram encarregados de elaborar uma brochura simples que respondesse um pouco às mil perguntas que andavam no ar e informasse um pouco os incrédulos empenhados em menosprezar o nosso trabalho. Apoiados pelo grupo sócio-cultural trocámos por uns dias as enxadas pelas esferográficas e as forquilhas, serrotes e tractores pelas máquinas de escrever, fizemos de noite horas de trabalho e decidimos lançar para o público uma primeira experiência que há-de continuar com uma participação mais activa e directa de cada um dos cooperadores para mostrar que a par do amanho e cultivo das terras, também cultivamos outras culturas que tanto como o trabalho nos enobrecem como HOMENS. De certo modo, os nomes todos da lista dos cooperadores somos já autores desta brochura e das que tentaremos lançar no futuro.



### DEDICATÓRIA

*Os cooperadores da Cooperativa Agrícola Popular da Torre Bela,  
a todos os amigos e camaradas portugueses e estrangeiros  
que de longe sem nunca nos terem visto  
e sobretudo aos que vieram, lado a lado connosco,  
experimentar a dureza do trabalho  
e da luta em que nos empenhamos  
e decidida e desinteressadamente nos apoiam  
e ajudam dos mais diferentes modos...*

*Aos camponeses pobres como nós e duramente explorados  
às povoações do concelho de Azambuja  
lembrando especialmente os povos de Manique do Intendente, Arrifana,  
Maçussa, Ereira, Lapa, Casaias da Lapa, Aveiras e Alcoentre;*

*Aos camaradas das outras cooperativas  
primeiro os que formam connosco uma União:  
Marquesa, Ameixoeira e Ferraria, Vale Mouro e Pombal  
e também ao povo das Quebradas, Comuna de Aveiras e às gentes do Ribatejo...*

*Aos nossos amigos das cooperativas do Alentejo  
e aos que mais duramente ainda estão empenhados  
na mesma luta, do Algarve às Beiras, ao Norte...*

*A todos, mesmo aqueles que nos reprovam e criticam,  
oferecemos estes escritos, fruto do nosso trabalho  
como o trigo e o milho e os produtos da terra  
que recuperámos e pusemos a produzir mais  
para benefício nosso  
e para contribuir com o nosso trabalho.  
para a construção do país novo  
que todos desejamos para todos os portugueses.*

## **Alguns elementos para uma resenha Histórica**

A ocupação da Torre Bela deu muito que falar aquém e além fronteiras. Muitos aprovam-na como justa e apoiam-na. Muitos outros reprovam-na, consideram-na uma ocupação selvagem e classificam-na como um acto de banditismo. Muita gente do povo, como aconteceu no dia um de Dezembro de 1975, ignorando a história do seu povo para dar ouvidos aos latifundiários e caciques que querem manobrar a história a seu favor, juntaram-se aos portões da Quinta insultando-nos como ladrões e tentando desconhecer-nos como filhos do seu povo e seus irmãos no sofrer e na opressão.

As histórias que nos contam os velhos destas redondezas e que os mais novos ouviram contar aos pais e avós dão-nos o direito de considerar a existência deste grande latifúndio como um resto de feudalismo que já não tem sentido e era uma afronta às tradições do povo desta região.

Quem tem razão? Qual será o futuro?

A resposta só a história no-la poderá dar mas enquanto o povo for o autor da história e enquanto o passado for o mestre e a mãe da vida e do futuro, sabemos já e temos consciência disso, que o fim deste feudo e a restituição aos seus legítimos possuidores, é lei da história e um acto de justiça.

Como em 1791, Pina Manique, fiel servidor da rainha, se ergueu do lado de Alcoentre contra Lafões e as suas pretensões de alargar os seus domínios; hoje Manique do Intendente e as povoações vizinhas se levantam ainda contra os mesmos Lafões para recuperarem as terras que lhes pertencem e lhes garantirem o trabalho e o pão a quem têm direito.

Eu ouvi contar ao meu pai umas histórias que ele já tinha ouvido do meu avô – conta-nos o Ti João de Manique do Intendente. No tempo da D. Maria I que se casou com um tio chamado D. Pedro, lá para 1760 (mas isto que eu vou contar já deve ter sido depois quando ela era rainha – começou a reinar em 1777), aproveitando a fraqueza da rainha e até as questões que houve para depois lhe suce-

derem ao trono, os Lafões, que eram nobres e também tios da rainha, tudo fizeram para se tornar mais poderosos e ricos. Se os deixassem, eles ficariam com mais poder ainda do que a rainha, tudo à custa do povo.

Contam mesmo por aí que este muro da Tapada onde andam os veados e os gamos e que tem mais de vinte quilómetros, foi construído à custa de muita pedra materiais e mão de obra destinados à construção do Convento de Mafra. Sim, o Convento de Mafra já andava em construção desde 1716, mas o Ti João só se lembra de ter ouvido dizer que muita pedra foi carregada do convento de Mafra para este muro. Como isto, concerteza que se aproveitaram da sua influência e poder para se irem apoderando de terras e fazendas que lhes não pertenciam.

E então, como num recenseamento, o Manique viu que era preciso povoar o país, pois nessa altura havia menos de três milhões de habitantes em Portugal, promoveu o povoamento do Sul do País e ele próprio fundou esta terra que primeiro se chamou Alcoentrinho. Para o povoamento, o Manique mandou vir dos Açores quatrocentas e cinquenta famílias que distribuiu por Setúbal, Ourique, Beja, Évora e Portalegre. Mas ele próprio que “ansiava por deixar de sua mão alguma coisa no sentido do povoamento”, “lança as suas vistas sobre a erma região de Alcoentrinho, no termo de Santarém, próximo de S. Pedro da Arrifana. Para o local, o Intendente canaliza colonos, pelos quais distribui terras, sementes e alfaias, dando princípio a uma nova povoação. A rainha D. Maria I, por decreto de 11 de Julho de 1791, havendo em atenção os serviços que o magistrado prestara no povoamento de Alcoentrinho, determina que o local se passe a denominar, para todo o sempre, Manique do Intendente. Manique passaria a ser senhorio do solar para ele magistrado e para todos os seus descendentes, sucessores de sua casa, intitulado-se todos, senhores de Manique.” (1)

Conta ainda a história que essa povoação seria criada vila, “com suas justiças e senado municipal, aprovados pelos senhores do solar, logo que Manique do Intendente contasse cento e vinte vizinhos”. (1)

Logo Pina Manique “se entregou a projectar a igreja paroquial de que seria o padroeiro, a levantar o palácio, onde estabeleceria juizes e vereadores, o pelourinho simbólico, a casa solar...”. “E logo o protector das artes fabris ergue uma fábrica de filatório, na qual instala rapazes da escola fabril da Casa Pia, que nela terão futuro assegurado”. (1)

A citação é longa para as pretensões deste trabalho, mas parece-nos importante tentar definir a personalidade do homem que, no pensar das gentes desta região, foi enviado para aqui para fazer frente aos Lafões e à sua ambição de poder e que por sua vez, com outros métodos, se transforma também em senhor poderoso e dominador.

Sabemos que estas lutas entre Manique e os Lafões não vêm só daqui. Vêm

de Lisboa e das intrigas palacianas da Corte. Vêm das tentativas de Manique, Intendente da polícia, ter pela frente o Lafões, Tenente-Coronel dos Exércitos, que foi obrigado a fornecer-lhe os recrutas para a polícia mas que, por outro lado e para não ter concorrentes, boicotava a acção da polícia que ensaiava os primeiros passos em Portugal, para acabar com o banditismo em Lisboa.

Daí a hilaridade do povo que se apercebia disso e fez estas décimas ao Intendente Geral da Polícia, recolhidas da poesia popular:

“Cada vez com mais razões  
Chovem por Lisboa os bens  
Há justiça para os cães  
Mas não há para os ladrões  
(defendidos p’los Lafões)  
Têm padrinhos que os defendem  
São soltos sem que os ofendam  
Que em nos virem roubar mais  
É de sorte que se emendam”

Claro que o parêntesis é nosso, mas julgamos não exagerar, pois toda a gente, nesse tempo, sabia quem eram “os padrinhos dos ladrões”.

Figura contraditória, encarregado de fazer frente à nobreza que teimava manter-se no poder e era já desde décadas combatida pela burguesia que um pouco já por toda a Europa, tomava consciência da sua força e queria o poder, Diogo Inácio de Pina Manique foi um misto do Pombal que veio a substituir e um predecessor de Salazar que de certo modo reincarnou esta figura.

Manique iluminou Lisboa e acabou com o banditismo

“Combatendo que houvesse terrenos inaproveitados, mandou semear, de pinhal, os baldios da Câmara da Vila de Abrantes”. (1)

Manda plantar oliveiras ao longo das estradas do termo de Lisboa e em 1799 o número de oliveiras orçava por quarenta mil. (1)

Manique promoveu em Portugal a cultura da batata sobretudo no Ribatejo e especialmente na Vila da Moita. Ele próprio lhe chamou “o manjar dos pobres”. (1)

Insistiu para que comesse em Portugal os estudos agrónomos para um conhecimento racional dos terrenos e culturas e promoveu a secagem de pegos, lagos e charcos, aconselhando o aproveitamento desses terrenos para a cultura do feijão e do milho. (1)

Em todas as iniciativas e lutas, Manique considerava que o interesse do Estado superava todos os privilégios. (1)

Defende as populações mandando fazer montarias aos lobos e manda distribuir pão quando é preciso e urgente como aconteceu em Cima Cõa. (1)

Como todas as figuras complexas e heterogêneas, dizem os velhos por aqui que era também chefe de uma poderosa quadrilha de ladrões que andava a monte nesta região e com a qual resolvia a seu modo vários problemas que o poder dos nobres não lhe permitia resolver pela lei e pela razão.

Consta ainda que vieram para esta região o conde do Tojal e o Marquês de Angeja que se combateram entre si.

Em resumo, desde longa data, esta zona é o espelho de lutas e intrigas políticas entre nobres e reis, condes e duques, senhores e intendentos da polícia. Foi o palco de lutas entre a nobreza e a burguesia como agora é um dos fulcros capitais da luta do povo contra o capitalismo burguês decidido a não ceder terreno. Isto constata-se, por exemplo, no modo como estas regiões ribatejanas



continuam a ser o ponto cerne das lutas “palacianas” que a propósito da Reforma Agrária pretendem dividir Portugal entre Norte e Sul.

Pina Manique morre em Junho de 1804 (nasceu a 3/10/1733) “minado pelas tenazes mortíferas de um tumor maligno”. (1) As ruínas do palácio dos senhores de Manique, palácio que não foi concluído, marcam o fim do seu reinado.

Aparecem agora em cena nomes que as pessoas recordam vagamente. Sabem que um fidalgo se apoderou de todas as terras e é conhecido pelo Fidalgo.

Depois é uma D. Antónia, a esposa do Fidalgo, que fica senhora dos domínios.

É aqui que entra em cena um tal Damas, de origem popular, que, como administrador da viúva, a aconselha a dividir as suas terras pelo povo, ficando a receber um foro. Ela decide fazer isso com a metade das terras da zona de Manique e vende a outra metade a um Soares que fica a ser o dono da zona de Alcoentre. À morte da viúva e como não há herdeiros, esse Damas, que fica senhor da parte dividida em foros, distribui ainda mais as terras em courelas pelas populações de Manique, Arrifana, Maçussa e Vila Nova. Deu-as, ou é o povo que manda “à fava” e se nega a pagar os foros a um sujeito da mesma categoria que eles e se diz senhorio destes feudos. Alguns que ainda o conheceram, dizem que este homem era meio-louco-idealista-“revolucionário” e que chegava ao pé dum qualquer e dizia: “Tu também tens de ter uma fazenda...” e assim foi distribuindo tudo. “Se este homem tem tido juízo que seria da gente por estes lados!? Andávamos todos à esmola” – diz ainda o Ti João. “Esse Damas morreu pobre e ainda andei a fazer uma subscrição para ele quando era novo. Tirámos uma boa conta, mas por exemplo um da Muçussa, dos que mais tinha beneficiado, respondeu: – Eu cá não dou nada para esse homem. Ele é um malandro. Se tivesse juízo não limpava o “cú” às notas nem perdia a cabeça por mulheres. Assim esbanjou tudo e agora anda por aí à míngua!” – Isto dizia ele, mas toda a gente sabe que se ele tivesse tido juízo nem ele nem os outros tinham nada de nada.

Isto recorda o Ti João e outros ali por Manique e pela Maçussa como recordam a questão dos “PARÔS” – “Parous” (?) que aí há cem anos deu uma grande luta entre as populações de Alcoentre e de Manique. O povo de Manique reivindicou para si as terras que estavam dentro do seu termo e aí parou. É daí que vem o nome dessa fazenda agora dividida em courelas distribuídas por grande número de camponeses?

A assinalar esta célebre “Questão do PAROU” e as histórias do Damas, ou as duas que estarão ligadas uma à outra, o facto é que ainda se podem ver dezenas de pequenas fazendas divididas por marcos, quase em partes iguais e que pertencem a pequenos e médios agricultores e desde há muitos anos ninguém paga foros nenhuns. O povo lutou e ganhou.

Entretanto a monarquia é abatida e vem a República. Os terrenos do lado de Alcoentre são recuperados pelo Governo e neles se constrói a Colónia Penal. As outras propriedades são repartidas ou recuperadas por oportunistas e negociantes, são vendidas e revendidas, troçam de senhores e de donos, formam-se novos monopólios à custa da exploração e da mentira e a burguesia passa a dominar.. Pessoas do povo têm os seus bocados mas cada um puxa para os seus interesses e só nos casos mais graves intervém em conjunto para demonstrar a sua rebeldia contra a exploração.

Contra centos e marés, mudando ao sabor da política dominante, a todo este

vendaval resistiram sempre os Lafões que mantiveram a Quinta da Torre Bela com a sua Tapada de caça, o palácio, a Ameixoeira, a Marquesa e muitas outras quintas ainda no Ribatejo e Alentejo.

Contra este baluarte feudal, nada conseguira ainda este povo mantido à distância a poder repressão e de favores, de enganos e ilusões, e superstição.

Só depois do 25 de Abril de 1974, o povo explorado, dominado e açaimado, lança o seu grito de guerra e decide exterminar numa vez o feudalismo nesta zona. Centenas e centenas de pessoas das povoações à volta da Torre Bela mantêm-se em pé de guerra para negociar, se possível, e finalmente para ocuparem as terras que poderão garantir trabalho e pão aos mais pobres, sem terem que se vender diariamente na praça das povoações. A ideia foi avante e depois em Maio na 1.<sup>a</sup> Assembleia Geral foi escolhido o primeiro grupo de entre os mais necessitados para recuperar as terras e as pôr ao serviço do povo.

Será que vamos aprender as lições da história, para não cairmos de novo em individualismos-egoístas? Só trabalhando colectivamente a terra e aprendendo a planificar as diversas possibilidades de bem a explorar e administrar com a participação activa e responsável de todos, é que deixará de haver uns a mandar e outros a trabalhar, uns a serem explorados e outros a terem os lucros. É nisto que estamos empenhados há um ano e dum modo cada vez mais conscientes queremos, com a nossa cota parte, contribuir para o novo capítulo da história do nosso povo.

(1) Todas as citações assinaladas foram extraídas do livro – PINA MANIQUE O POLITICO – O Amigo de Lisboa – de: OLIVEIRA MARTINS.

## **Concelho de Azambuja**

### **Distrito de Lisboa**

É nesta região que fica situada a herdade da Torre Bela: 1800 hectares, uma só família: OS DUQUES DE LAFÕES.

Região rica e essencialmente agrícola. A exploração era um facto em todo o país. Esta zona não fugia às regras.

Pela manhã, os trabalhadores dirigiam-se para o largo da aldeia em busca de emprego. Aí eram escolhidos os mais jovens e fortes, pelos capatazes. Os velhos e fracos eram desprezados... Já pouco rendiam... Os abutres tinham comido a sua carne. Para estes, a miséria, as esmolas e a vagabundagem era o seu único fim.

Os salários eram miseráveis. Sofriam alterações diárias, ou semanais... Tudo dependia da procura de mão de obra. Ainda hoje se pratica ali a comercialização do homem.

Era a esta exploração que os trabalhadores se viam obrigados a ceder, pois, nas suas toscas casas, sem o mínimo de condições de vida, havia bocas a alimentar... As mulheres sofriam dupla exploração. Devido aos salários irrisórios dos maridos eram obrigadas a trabalhar também para os patrões. Ao fim de um dia de trabalho no campo, a exploração e o trabalho continuavam em casa. O seu ópio era a igreja. Aí procuravam consolo e refúgio, mas não encontravam o pão e o fim à sua miséria.

Para os homens, o refúgio era o álcool. Nele, esvaziavam os seus silêncios, uns; outros, mais conscientes desta exploração, calavam a voz interior que os incitava à revolta, pois lá estavam os bufos da PIDE, a guarda nacional republicana e os patrões que lhes tapavam a boca com ameaças e represálias que muitas vezes se chegavam a concretizar.

Tudo isto se repercutia nos filhos. A sua herança era a miséria e a exploração. Alguns, fugiam à miséria do campo e iam para as cidades. Outros recorriam à emigração. Mas a exploração perseguia-os como uma doença hereditária.

Esta região foi bastante fértil neste êxodo de homens e mulheres. Mas como



tudo que tem princípio não pode de forma alguma deixar de ter fim, grande parte desta exploração teve início do seu termo em 25 de Abril de 1974.

Abriam-se portas que até então estiveram fechadas aos trabalhadores. Houve alguns que acordaram logo para o seu primeiro dia de liberdade, outros há que despertaram mais tarde. Outros que continuam adormecidos.

Seguiram o exemplo dos seus camaradas alentejanos que, mais motivados, deram início às ocupações, arrancando para a sua libertação, puseram termo à exploração, formando cooperativas. Os trabalhadores desta região, na altura atirados para um desemprego na ordem dos 80%, provocado pelos latifundiários que não cultivavam as suas imensas terras, decidiram-se também formar cooperativas.

Não havia outro caminho a seguir: A TERRA A QUEM A TRABALHA.

A palavra de ordem começou a ouvir-se na zona. Após algumas reuniões na freguesia de Manique do Intendente e aldeias vizinhas, os trabalhadores decidiram organizar-se para pôr cobro à miséria e desemprego com que se debatiam.

A Torre Bela e Ameixoeira eram pertença de um só senhor. As terras estavam subaproveitadas e aonde só empregavam 8 trabalhadores efectivos e estavam abrangidos pela lei da reforma agrária.

Especulava-se na altura sobre ocupações selvagens. Os trabalhadores resolveram fazer uma ocupação pacífica, entrar em conversações com o duque.

E foi seguindo este princípio que centenas de trabalhadores, acompanhados por camaradas afectos ao processo, se encaminharam no dia 23 de Abril de 1975 para as herdades da Torre Bela e Ameixoeira.

No interior da herdade, os ocupantes encontraram pela frente, junto ao escritório, o administrador do latifúndio, que, fazendo-se surpreendido, nos recebeu friamente, perguntando o que queríamos.

– Somente falar com o dono da quinta.

– Não está – respondeu-nos o feitor.

Depois de insistirmos, acedeu em acompanhar dois representantes eleitos pelos trabalhadores ao escritório para se contactar com o duque pelo telefone.

Depois de hesitar, o duque aceitou falar com um trabalhador. Perguntou-lhe bruscamente quem era e o que pretendia. Respondeu-lhe que estavam ali muitos trabalhadores para resolver o problema do desemprego. Ele interrompeu a conversa dizendo que não tinha nada com isso e nem sequer tinha tempo para perder com problemas sem valor. A seguir desligou sem admitir mais conversas.

Perante este facto e não se tendo chegado a nenhuma conclusão, os trabalhadores viraram-se para o administrador e, educadamente disseram-lhe que a presença de todos ali tinha o objectivo de formar naquelas terras uma cooperativa, e que ele poderia ser um futuro cooperador. O feitor não quis saber daquilo que lhe dissemos e sarcasticamente disse-nos que não estava interessado e que

o seu patrão seria sempre o duque.

Durante o percurso do escritório até aos restantes trabalhadores que esperavam com ansiedade pelo resultado do telefonema, os dois representantes disseram entre si que o administrador seria um inimigo do povo a ter em conta.



Como é óbvio, esclareceu-se os restantes ocupantes, em reunião ao ar livre, sobre a conversa tida ao telefone. Discutiui-se a nível geral os objectivos que nos levaram a assumir semelhante responsabilidade. Todos concordámos em permanecer no interior da propriedade, em piquetes, aguardando que o duque estivesse na disposição de falar connosco. Também se aproveitou a altura para se formar uma comissão de trabalhadores que, a partir daquele momento, responderia por todos os outros. Enquanto aguardávamos os acontecimentos, já os órgãos de informação social tinham dado várias notícias, assim como já se tinham informado os organismos estatais e as Forças Armadas.

Os ocupantes deram uma volta pelas terras, certificando-se que havia mais que razões para ter dado o passo que deram. Aqui e ali viam-se alfaias agrícolas abandonadas à chuva, cheias de ferrugem, estábulos outrora cheios de gado, agora totalmente abandonados, no meio de todo este abandono, hectares e hectares de terra por cultivar. Só existia, no meio de todo este abandono, uma negação daquilo que se descreve até aqui – era o jardim que estava bem cuidado. Nós, os trabalhadores, gostamos muito de flores, mas não nos matam a fome. Também admirámos muito o palácio enorme, refúgio dos senhores feudais e seus amigos burgueses, em tempos de caça.

Entretanto o tempo passava e chegou a tarde desse primeiro dia de ocupação e com ela, o telefonema do duque.

Foi um trabalhador atendê-lo, o mesmo que tinha conversado telefonicamente com ele de manhã, que ficou surpreendido pois o duque já foi mais cordial. Disse que se tinha informado e chegou à conclusão que não perdia nada em ter uma conversa connosco, que ficou combinada para o outro dia e que o local de encontro seria cá na Torre Bela. Também se disse que a esse diálogo estariam presentes representantes do Ministério do Trabalho, do Sindicato e do Movimento das Forças Armadas. Informados os outros trabalhadores, esperou-se pelo outro dia com ansiedade. Até lá, as povoações vizinhas, solidárias connosco, depressa se mobilizaram e fizeram chegar até nós géneros alimentícios que foram cozinhados por um ocupante. Nesse primeiro dia ficaram criadas as bases para o futuro refeitório da cooperativa, que ainda não existia, mas que estava na cabeça de todos nós.

No outro dia, à hora marcada, chegou o duque e as outras pessoas, só não apareceram os representantes do M.F.A.. Ainda hoje não sabemos porquê. Todos eles, assim como a comissão dos trabalhadores ocupantes reuniram-se numa sala contínua ao escritório. Fácil nos foi observar que, logo de início, o duque tentou sensibilizar os trabalhadores, recordando cenas de infância passadas em comum como, por exemplo, brincadeiras.

Mas os trabalhadores mantiveram-se firmes no seu propósito. Então o duque mostrou-se tal como era: pés em cima da mesa, olhando-nos com superioridade. Convidou-nos a falar.

Falou-se-lhe do desemprego, das terras que ele possuía não aproveitadas e da firme disposição de formarmos uma cooperativa, convidando-o a aderir a ela. Também lhe dissemos que o imenso viveiro de eucaliptos que existia aguardando plantação não poderiam ser plantados em terreno que poderia dar pão. O duque considerou as nossas pretensões absurdas, dizendo que as terras eram dele e da sua família e essa proposta era como se as perdesse e nisso não estava ele interessado. Quanto ao desemprego, segundo informações que tinha, a região não sofria de tal calamidade. Nesta altura convidámo-lo a espreitar pela janela para, com os próprios olhos confirmar o que dizíamos: cá fora estavam mais de duzentos trabalhadores desempregados. A este convite riu-se, encolheu os ombros e, com um aceno de mão, respondeu que não estava interessado.

Falou em seguida o representante do Sindicato. Falou-nos da organização das cooperativas alentejanas e perguntou-nos o que entendíamos por cooperativa. O representante do Ministério do trabalho não fez mais do que secundar o seu camarada do Sindicato nas perguntas e conclusões. A estes camaradas nós respondemos o que queríamos e que os nossos problemas só nós os saberíamos resolver. E que a partir daquela altura seríamos nós a decidir o destino a dar a estas

terras, pois éramos nós que as trabalharíamos.

Nada ficou resolvido nesse dia, ficando decidido fazer uma nova reunião para dias depois. Até lá, mantivemo-nos na Torre Bela. Dormíamos ao ar livre, em barracas, já que não ocupámos nenhuma casa. Também não interferimos na organização interna da propriedade, os trabalhadores efectivos e eventuais remunerados pelo duque, continuaram o seu trabalho. A estes trabalhadores, convidávamo-los a assistir às nossas reuniões, explicando-lhes os nossos planos de organização em igualdade, sem patrões a explorar-nos. Alguns recusaram, outros são hoje cooperadores, e, segundo dizem, são muito mais felizes, pois, não só deixaram de ser explorados pelos patrões, como sabem que os lucros, quando os houver, serão distribuídos igualmente por todos.

A outra reunião chegou. Com ela, a certeza de que o duque e a sua família feudal não estavam nada interessados em deixar de ser exploradores para serem iguais a nós. Por nada deste mundo estavam interessados em perder os seus privilégios, ganhos à custa do suor dos trabalhadores, nem sequer compartilhá-los. Perante a decisão inabalável do duque, os trabalhadores responderam com as armas que tinham na mão — o trabalho — conscientes dos seus direitos humanos.

Nesta altura, a Torre Bela já era conhecida em todo o país e em diversos países, tal foi a vaga de jornalistas que passaram por aqui.

Nem todos os dias apareciam trabalhadores em luta aberta no diálogo com a nobreza. Eram terras de uma família real bastante conhecida e misteriosa. Por isso era susceptível de interesse nacional e internacional todo este processo revolucionário do campesinato pobre.

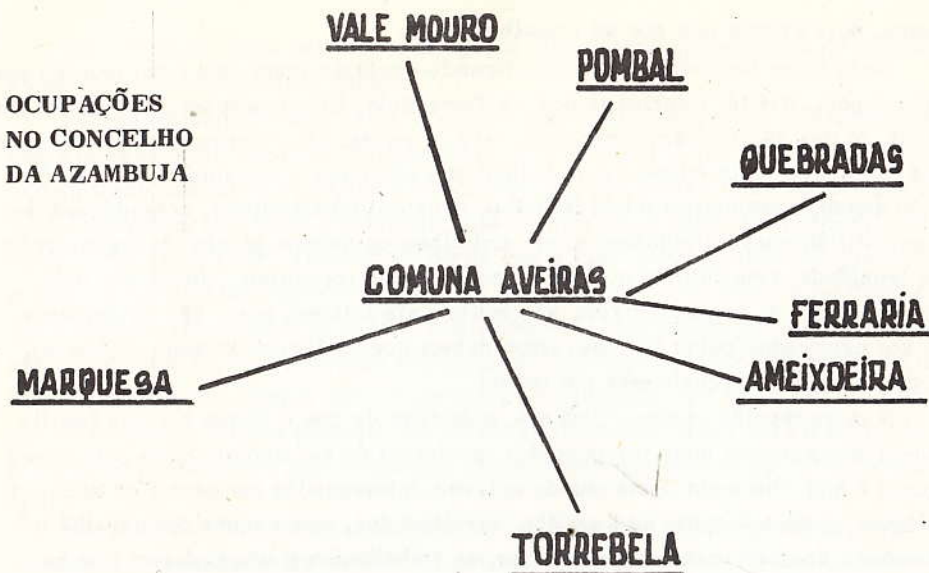
Até hoje nunca mais entraram nesta cooperativa os duques, desde essa última reunião, a 6 de Maio.

Mas têm-nos mantido do exterior uma guerra aberta, boicotando-nos sistematicamente todos os nossos direitos a nível estatal, usando a sua influência em amigos que ainda andam na vida política portuguesa e dela podem pôr e dispor, fazendo-lhes relatos de boatos que são uma negação à realidade.

Citamos, por exemplo, uma das muitas tentativas falhadas do senhor feudal: consegue por A mais B enganar 8 trabalhadores, oferecendo-lhes em troca dos seus serviços vergonhosos, boa colocação na vida. Incita-os a formarem eles uma comissão de trabalhadores para criarem dificuldades ao nosso processo. O duque teve azar porque houve algumas pessoas do I.R.A. coerentes e bem esclarecidas de tudo, que descobriram a vergonhosa acção do duque, que queria pôr trabalhadores em guerra com trabalhadores. Desmascarado o duque, pessoas responsabilizadas do governo decidiram de uma vez por todas dar todas as responsabilidades aos trabalhadores.

E foi a partir desta altura que se formou a PRÉ-COOPERATIVA AGRÍCOLA

**OCUPAÇÕES  
NO CONCELHO  
DA AZAMBUJA**



**POPULAR DA TORRE BELA.**

Arrancou-se com 32 homens e 8 mulheres que faziam ao todo 40 cooperadores.

Fez-se uma assembleia geral donde saiu a 1.<sup>a</sup> comissão de trabalhadores e foram criados os estatutos da cooperativa.

Os trabalhadores entre si, redigiram para o papel, as normas pelas quais passou a ser regida a cooperativa. Podemos citar algumas:

Acabar a exploração do homem exige acabar a exploração da mulher.

Na cooperativa a remuneração é igual.

O órgão máximo de poder na cooperativa é a assembleia geral dos trabalhadores.

Esforçarmo-nos todos para criarmos um homem, uma mulher novos para a sociedade.

Criar postos de trabalho, fazendo assim face ao desemprego.

Fomaram-se dentro da cooperativa estruturas sociais, creche, grupo sócio-cultural e um refeitório. Citamos a seguir algumas opiniões de cooperadores e não cooperadores sobre esta iniciativa:

*Celestina Tomás da Bernada* – 35 anos – natural de Pontével – cooperadora – Estou muito melhor na cooperativa. Tive muitas dificuldades na vida. Queria trabalhar e não tinha aonde. Aqui trabalho e vejo o resultado. Quero dizer, tenho conforto e as crianças também andam bem tratadas e bem vestidas. Quando havia

trabalho lá fora, era só para as comadres e compadres, por isso acho que aqui estou muito melhor.

Se fosse a contar a minha vida, fazia um romance. A viver com 4 crianças em casa só com 2 quartinhos, 4 na mesma cama e eu e o meu marido ao lado... sofri muito.

*José Rosa Monteiro* – 62 anos – Guarda florestal, em serviço na cooperativa – Eu acho que está tudo muito bem organizado, Devem continuar a unirem-se e levar isto para a frente. A cooperativa foi um passo decisivo para acabar com a exploração do homem. Vejo já muitos trabalhos feitos: campos de batatas, trigo e milho, etc.. Terrenos que estavam praticamente incultos e que agora estão cultivados.

*António da Silva Cheira* – 42 anos – natural da freguesia de Baleizão – cooperador.

– É 50 vezes melhor do que era, a vida agora como cooperador. É mais certo, tenho um ordenado mais certo. Lá fora, umas semanas ganhava, outras não. Aqui sei que estou bem, estou certo. Estou satisfeitíssimo. A diferença de trabalhar aqui ou para o patrão, é que eu sempre trabalhei melhor para mim. Não volto a trabalhar para o patrão. Se isto acabar vou para o estrangeiro... Para o estrangeiro trabalhar para outro patrão?... Mais vale morrer.

*José Luís Gaspar Franco* – Empregado da firma Felisberto Pereira Martins – Quanto a mim a ocupação é justíssima. É um avanço grande para os trabalhadores todos. Cá fora no momento não tem uma grande aderência, mas com o tempo e o vosso exemplo ela virá.

*Manuel Francisco* – cooperador

– A diferença de trabalhar aqui ou para o patrão é como o dia para a noite. É que antigamente andava aí pisado. Hoje praticamente anda-se à vontade. Sou igual a todos os meus camaradas, não há aqui capatazes, nem patrões. Sou um membro da comissão de trabalhadores, e penso que só com a ajuda de todos os meus camaradas é que podemos ir para a frente.

*Wilson Faustino Filipe* – 28 anos – cooperador

– Não quero deixar de agradecer, apesar de saber que os camaradas Portugueses e Estrangeiros ao ajudar-nos não estão à espera de agradecimentos, para eles vai a nossa solidarização e o nosso abraço revolucionário.

Só queria deixar bastante claro mais uma coisa: a cooperativa agrícola popular da Torre Bela já fez correr muita tinta, mas houve um líquido diferente que correu muito mais: o suor dos trabalhadores, que para fazerem destas terras subaproveitadas, terras férteis, foi preciso trabalhar muito. Convidamos os incrédulos a visitar-nos, para verem com os olhos, aquilo que deturpam.



## ***As características da nossa experiência a originalidade da nossa Cooperativa***

Não apresentamos isto por falsa humildade ou vaidade. É para nos darmos a conhecer tal como somos e dizermos aquilo em que estamos empenhados e nos abrimos ao diálogo com os que porventura estejam convencidos que há soluções mais correctas ou mais revolucionárias.

Como características da nossa experiência, vejamos por exemplo como foram escolhidos os que começaram a trabalhar na cooperativa. Durante mês e meio, várias centenas de pessoas estiveram aqui e trabalharam para conseguir esta ocupação.

### **A ESCOLHA DOS PRIMEIROS 40**

Era claro que pelo abandono em que se encontravam as terras e dificuldades de maquinaria e financiamento, seria imprudente ficarem mais de quarenta cooperadores. Como fazer uma escolha? Ninguém teve coragem de se oferecer ou sugerir critérios complicados. Espontânea e desinteressadamente começou-se a nomear:

- os mais necessitados,
- os que não tinham trabalho há mais tempo,
- os mais abandonados por não terem família,
- os que mais frequentemente eram rejeitados e desprezados quando ofereciam a sua força de trabalho na praça...

Não foram os melhores nem os mais capazes que ficaram.

Assim nasceu a primeira grande família que se ia abalançar numa aventura sem precedentes mas marcada por traumatismos de toda a espécie aparentemente irrecuperáveis e que parecia eliminar à partida todas as possibilidades de êxito.

### **COMO SUPERAR O ALCOOLISMO**

O alcoolismo é um problema de toda esta região e não especificamente da Torre Bela. Foi e continua a ser ainda o refúgio e uma fuga para as grandes ca-

rências e necessidades de todas estas populações. O que acontece na cooperativa não é mais do que o espelho do que acontece nas populações à volta. Porém talvez se manifeste aqui numa forma grave dadas as circunstâncias do isolamento do grupo e numa certa vida comunitária. Enquanto nas aldeias este problema se dilui um pouco mais por haver várias tabernas e cada um ter o refúgio da sua casa, aqui qualquer deslize reflecte-se imediatamente no grupo todo.

Aliás a batalha que há a vencer é toda uma prática desenvolvida pelos grandes latifundiários e produtores de vinho, que davam mais vinho que alimento aos trabalhadores para lhes sugarem as calorias que os faziam render mais, mas ao mesmo tempo os minavam e lhes roubavam as faculdades de pensar e o poder crítico.

Uma das formas de combater este excesso, aqui na cooperativa, tem sido o dar uma grande atenção à alimentação tentando que seja mais correcta e regular. Para isso organizámos cantina, cozinha e refeições em comum e tenta reduzir-se pouco a pouco o consumo do vinho.

E não é só o problema do vinho e da saúde que era preciso resolver. Alguns não sentiam necessidade de um refeitório pois diziam que os trabalhadores do campo se habituaram a comer em qualquer lado e de qualquer maneira e as mulheres muitas vezes para atenderem à família nem tinham tempo de se sentar à mesa.

Uma das grandes conquistas a alcançar era aprender a conviver.

### O CONVÍVIO, E A CULTURA

Quando nos juntamos para desjejuar e almoçar, vemo-nos, discutimos, falamos, acertamos melhor os trabalhos já distribuídos, trocamos as informações mais importantes. No fim do dia, à volta da fogueira ou no centro cultural, cavaqueamos, fazemos o balanço do dia ou cantamos em conjunto.

Apesar de um bocado isolados, à medida que o tempo passa, cada um vai arranjando maneira de ocupar os tempos livres nas coisas de que mais gosta ou em reuniões de trabalho.

A partir dos problemas e trabalhos concretos (na vinha – poda, empa, cura; nas sementeiras – escolha, planos, lavra; horta, etc.) estamos a tentar fazer face ao analfabetismo que, como nas populações, é de cerca de 40% e tentar descobrir as raízes numa autêntica cultura popular.

### VENCER A CARGA DO PASSADO

Os defeitos e vícios dos longos anos de obscurantismo, a falta de treino do trabalho colectivo, a deformação de termos sempre trabalhado para patrões que nos exploravam, os hábitos de sempre ter trabalhado sob a orientação e a vigilância de capatazes tanto mais eficientes quanto melhor defendessem os interes-

ses dos patrões, cedo levantaram conflitos e afrontamentos que pareciam insuperáveis.

Por um lado todos estávamos fartos de feitores e não queríamos mais capatazes, mas por outro faltava o treino de planear e decidir em conjunto.

### O SENTIDO DAS RESPONSABILIDADES

Ao contrário de “antigamente” começamos agora a sentir a dificuldade séria e a felicidade responsável de não trabalharmos para um patrão. Não temos a papinha feita e é preciso discutir tudo de raiz e por vezes não temos soluções fáceis mas temos a alegria de nos sentirmos donos de nós. Experimentamos o que é o trabalho colectivo, ao contrário do trabalho em rebanho, vigiado pelos capatazes e controlado pelos feitores em que tentámos sempre que possível fazer o menos que podíamos, sem interesse nem entusiasmo e agora sabemos que quando nos encarregamos de um trabalho, os outros contam que o façamos o melhor que sabemos. Pouco a pouco cada um vai tomando cada vez mais responsabilidades, colaborando nos melhoramentos que são de interesse para todos e participando nas reuniões gerais e até nas da comissão de trabalhadores.

### AS REUNIÕES

A princípio nem sequer sabíamos fazer uma reunião. Queríamos falar todos ao mesmo tempo, ninguém se entendia.

“ – Esperar pela minha vez para falar?! Fui proibido de falar tanto tempo e agora não posso falar quando me apetece? Isso é que era bom.”

Era uma confusão!

– Para quê as reuniões? São uma pura perda de tempo. – Diziam alguns preocupados com a produção até descobrirmos que umas horas perdidas a planear podem-nos fazer ganhar tempo e dinheiro e que as pessoas humanas não são máquinas de mera produção.

Agora tentamos fazer reuniões mais regulares e pôr a funcionar as equipas de trabalho. Cada um por sua vez, fala, critica, é criticado, aprende e procura comunicar o que vai aprendendo.

Lentamente vamos aprendendo a fazer o resumo das reuniões o que nos obriga a avançar e a progredir.

### A TOTAL AUSÊNCIA DE CONTROLO PARTIDÁRIO

Outro perigo que conseguimos ultrapassar foi os conflitos partidários. Cada um é livre de pertencer ao partido que lhe interessar mas logo descobrimos que faríamos um trabalho mais válido se a cooperativa fosse uma obra de todos os trabalhadores evitando as lutas inúteis e desgastantes e os controlos partidários.

## COMBATE À IDEIA DE SALÁRIO

Quando trabalhávamos como dantes, o patrão é que tinha de arranjar o dinheiro para nos pagar. As mulheres ganhavam menos que os homens. Quando os patrões “não tinham dinheiro” não havia trabalho...

Os dois primeiros meses de trabalho duro na cooperativa, sem ajudas, nem remunerações, nem salários, nem ordenados, sem podermos exigir do patrão que nos pagasse, obrigaram-nos a enfrentar algumas questões fundamentais.

“Se não temos patrões não temos salários. Não há ordenados. Como viveremos?”

Vamos tentar responder às necessidades mais urgentes, atender aos casos



mais graves, repartir o que vamos conseguindo. Chamamos-lhe subvenções, subsídios de subsistência, avanço sobre a mais-valia produzida.

Logicamente, mulheres e homens, mais velhos ou mais novos, todos somos iguais nos direitos e nos deveres e cada um rende o melhor que pode. Igualdade neste campo será dar condições para cada um responder aos encargos e responsabilidades que tem.

## O DIREITO AO TRABALHO PERMANENTE

Numa zona onde a grande massa das populações vive da agricultura e para a agricultura e onde o vinho é a cultura dominante a par das grandes sementeiras, é evidente que há meses no ano em que um grande número de trabalhadores, os homens e ainda mais as mulheres, vivem na insegurança e na resignação.

– Eu trabalho há muitos anos no campo e sei muito bem que há épocas que não há trabalho e portanto muito menos para as mulheres – dizia ainda há pouco tempo, resignada, uma cooperadora.

É para responder a esta insegurança e resignação que desde o princípio nos empenhamos na diversificação das culturas, tentamos recuperar o máximo de terras e planificamos a transformação dos produtos para conseguirmos mais lugares de trabalho. Ao mesmo tempo respondemos às necessidades de consumo dos cooperadores, famílias, populações vizinhas e pedidos que nos chegam de comissões de moradores de bairros pobres e comissões de trabalhadores em autogestão.

## A ORGANIZAÇÃO INTERNA

Logo desde o princípio demos conta que precisávamos de nos organizar para respondermos ao desafio que nós próprios nos lançámos e para calar os que apostavam que não éramos capazes de fazer nada. Nasceu a comissão de trabalhadores mas logo vimos que era preciso criar outros grupos de trabalho e fomos distribuindo tarefas conforme os trabalhos mais importantes que havia para fazer. Assim nasceu o grupo da agricultura, o da horta, o da pecuária, o sócio-cultural. Depois, no decorrer do ano à medida que apareciam coisas importantes para fazer e eram discutidas nas assembleias gerais iam-se fazendo os grupos e distribuindo responsabilidades. Agora para celebrar o aniversário pensamos já, da experiência dum ano tentar uma nova reorganização, lançar equipas encarregadas de cada sector mais importante que discuta e execute os trabalhos, os planeie em conjunto com as outras equipas e os discuta nas assembleias gerais. Queremos tentar isto sem cair na especialização estanque mas o nosso fim é exactamente pôr a funcionar o princípio da rotatividade que nos ponha tanto quanto possível no mesmo pé de igualdade e partilha das responsabilidades e trabalhos diversos.



## A ORGANIZAÇÃO EXTERNA

Durante quase um ano funcionou um Secretariado das Cooperativas da Azambuja muito discutido e contrariado até que nos últimos meses pareceu de tal maneira importante que já é hoje a União Cooperativa Azagro para coordenar os esforços e a entre-ajuda entre as quatro cooperativas do Conselho da Azambuja: A Cooperativa Agrícola Popular da Torre Bela, a Cooperativa Agrícola da Ameixoeira e Ferraria, a Cooperativa Agrícola de Aveiras de Cima (Vale Mouro e Pomal) e a Cooperativa Agrícola e Produtora da Marquesa. Com a Cooperativa das Quebradas tentamos manter os contactos que nos são possíveis uma vez que pelas suas características não tem aderido à nossa União. Com a Comuna de Aveiras de Cima estamos a tentar concretamente lançar iniciativas de interesse comum, para já no campo da saúde e cultural e é já nas dependências da Comuna de Aveiras que funciona o escritório da União das Cooperativas e as reuniões semanais.

A nível de região estamos já com outras cooperativas agrícolas do Ribatejo e cooperativas de outros ramos de actividade que seria longo enumerar e com as quais formamos a UNIOESTE com sede em Alcobça.

\* \* \*

Aos que maldosamente nos censuram e acusam de preguiçosos e inúteis, nem sequer tentamos responder. Trabalhamos.

Aos que nos criticam por não nos conhecerem, deixamos aqui um pouco do que somos para um dia nos podermos conhecer melhor.

Aos que nos criticam por amizade e o fazem porque querem avançar conosco, respondemos superando-nos e tentando avançar sempre mais.

Aos que nos visitam agora e não nos conheceram desde o princípio e acham mal uma quantidade de coisas que realmente estão mal, mas não viram as nossas enormes dificuldades do princípio e não viveram conosco as horas de angústia e de incerteza que foram temperando, a nossa vontade de resistir até à morte, mas também nos roubaram muito tempo, muito esforço e muitas energias, pedimos um pouco de compreensão e aqui deixamos um bocado da nossa história e as pistas por onde vamos tentar progredir.

\* \* \*

Os mapas que apresentamos, os planos, os gráficos e cálculos são uma tentativa de dar sobretudo dados concretos pois preferíamos apresentar obras e deixar perceber grande número de dificuldades do que perdermo-nos em muitas teorias e palavreado que pouco adiantam. Não são muitos e podiam ser mais claros e objectivos mas por agora apresentamos o que podemos com as limitações e dificuldades que temos. Numa próxima vez, talvez consigamos melhor.

## CÁLCULO DAS CONTAS ATÉ FEVEREIRO 1976

<b>AS RECEITAS QUE TIVEMOS NO 1.º ANO</b> Vinho, Aveia, Azeite, Milho, Animais diversos, e seus derivados, etc.	1.350.000\$00 (2)	
		3.750.000\$00 (1)
<b>DINHEIRO PARA INVESTIMENTO, ATRAVÉS DE EMPRÉSTIMOS:</b> Comissão Liqui. 1.600.000. Banco Totta & A. 300.000. Grupo Estrangei. 500.000. Tratores 290.000.	2.690.000\$00	(1) Por aqui se verifica que todo o dinheiro emprestado está investido em máquinas, animais e sementeiras.
<b>DINHEIRO INVESTIDO</b>		
<b>IMÓVEIS E VALORES</b>		
Moto-serra 10.000\$00 2 Tratores 450.000\$00 1 Motor electr. 125.000\$00 Debulhadora 50.000\$00 1 Ceifeira 25.000\$00 GADO: Vacas 130.000\$00 Cabras 200.000\$00 Alfaias 120.000\$00 Tarara 60.000\$00	1.080.000\$00	(2) Verificamos ainda que as receitas do que vendemos é equivalente ao que dispndemos em mão de obra, nunca recorrendo a créditos para salários.
<b>PRÓXIMAS SEMEITEIRAS</b>		
Sementes e plantas 300.000\$00 Carburantes/Lubri. 146.000\$00 Adubos e Fertiliz. 200.000\$00 Mão-de-Obra 650.000\$00	1.296.000\$00 (3)	(3) Presentemente deve-mos cerca de 2.600.000\$00. Até ao final do ano Agrícola necessitaremos para assegurar a exploração normal da propriedade de cerca de 2.000 contos. Se nos for possível comercializar em condições normais todos os produtos da propriedade realizaremos o dinheiro necessário para o equilíbrio financeiro da exploração.
<b>DIVERSOS</b>		
<b>OUTRA MÃO-DE-OBRA</b>		
Anteriores sementeiras e não relacionados: 728.000\$00 Encargos sociais 74.000\$00 Juros de emprést. 75.000\$00 Const. e Repara. de máquinas e laçar 117.000\$00 Transportes 100.000\$00 Alimentação gado 120.000\$00 Melhoramentos habitacionais: 35.000\$00 Instalação elect. 30.000\$00 Socio-Cultural 100.000\$00 Auxílios de Subst. 30.000\$00	1.419.000\$00 (2)	

Para clarificar um pouco mais o quadro das contas devemos ainda esclarecer o que se segue:

- 1 - Não funcionamos com números exactamente rigorosos até ao último centavo. Isso tornaria o quadro muito complicado e os interessados podem ver esses pormenores nos nossos livros de contas. Como está, parece-nos mais acessível a um maior número.
- 2 - Com estes números pensamos dar os dados suficientes para responder:
  - aos que pensam que nos atrevemos a criar uma cooperativa sem o mínimo de condições e bases reais;
  - e aos que pensam que a nossa cooperativa não será viável para 40, 50 ou mais famílias por falta de condições. Alguns julgam-nos até incompetentes.
- 3 - Ora nós quisémos fazer um correcto **PLANO DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA**: Medir os riscos que corríamos em tentar recuperar uma terra desprezada e até em certos aspectos inutilizada (ex-plantação de eucaliptos em terras úteis a outros produtos), calcular correctamente o número de cooperadores que podíamos ir admitindo, etc..

A ajuda técnica que esperámos durante meses pouco passou de promessas. Usando a nossa experiência e somando o contributo de cada um, metemos mãos à obra e calculámos que o dinheiro investido em valores rentáveis e sementeiras dará um resultado que nos levará a sentir-nos satisfeitos com os resultados do primeiro ano agrícola.

Assim calculamos que poderemos vir a ter por exemplo: 250.000 kg. de trigo, 55.000 kg. de aveia, 100.000 kg. de cevada, 10.000 kg. de grão, 30.000 kg. de batata, 5.000 kg. de favas, 8.000 de milho., o que a preços do mercado poderá vir a dar cerca de 2.000 contos.

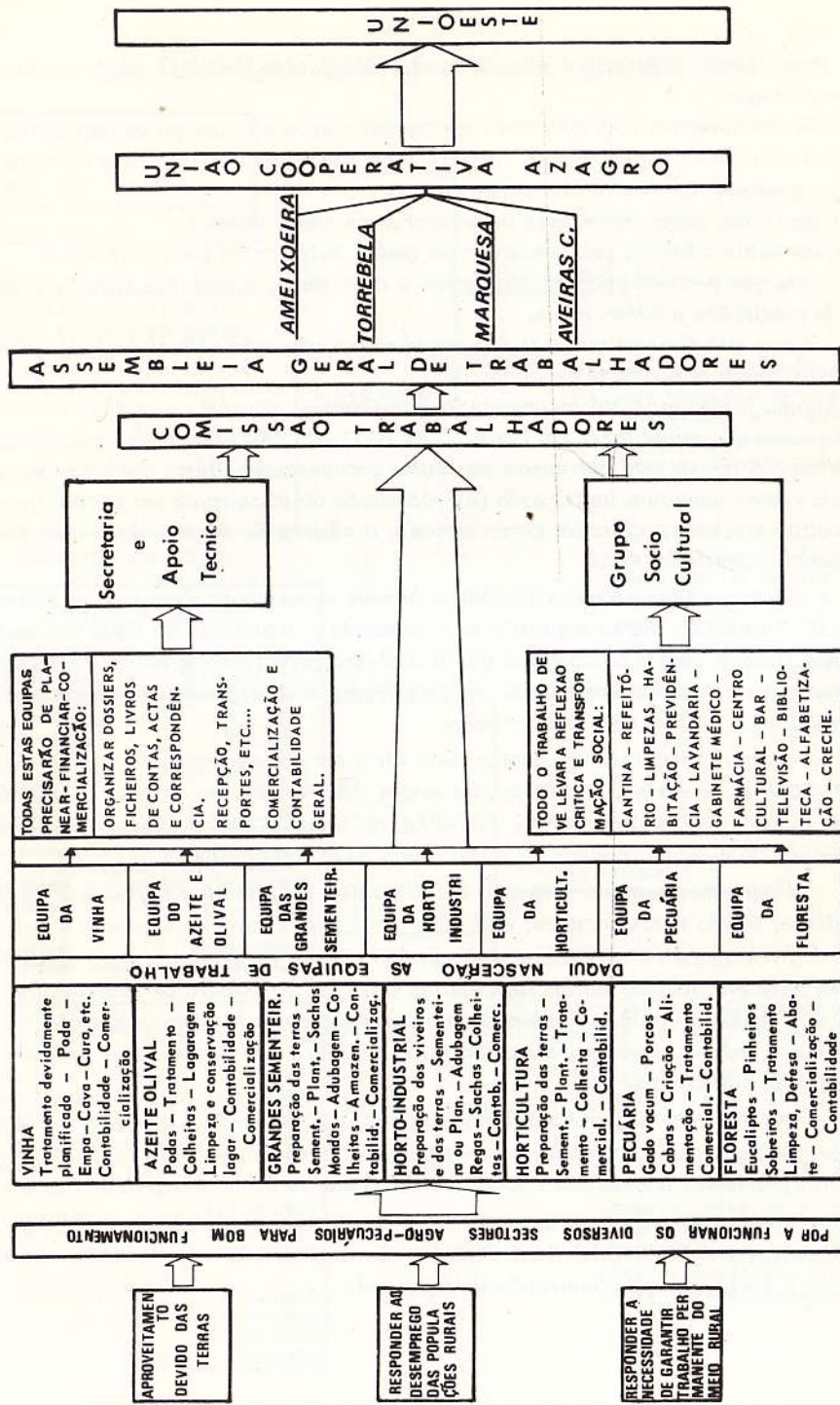
Poderemos realizar entre 80 a 100 contos em produtos hortícolas (cebolo, alface, feijão verde, couves, etc.).

Poderemos vir a realizar mais de 500 contos em produtos hortícolas como por exemplo: melão, melancia, cebolas e feijão.... Comercializando cerca de 6.000 fardos de palha; vendendo cabeças de gado, tais como: bezeros, vacas, porcos, cabras, e comercializando leite e queijo; poderemos vir a realizar mais de 600 contos.

O vinho, azeite, resinas, lenhas secas, etc. poderão dar mais de 400 contos. Se pudermos comercializar os produtos florestais (eucaliptos, cortiça, etc.) pensamos poder cobrir todas as despesas já no primeiro ano.

Dando estes dados concretos comprometemo-nos a elaborar o **PLANO GERAL DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA** e dar resposta às necessidades da região e participar na construção do novo país.





O gráfico que apresentamos é uma sugestão para a organização duma cooperativa.

É um desafio que fazemos a nós próprios depois de um ano de experiências e tentativas.

Pretendemos com este organigrama não burocratizar e criar sectores estanque, como pode parecer à primeira vista, mas exactamente o contrário.

O objectivo que pretendemos com este novo organigrama é dar o máximo de responsabilidade a cada um e conseguir que, por exemplo os cooperadores mobilizados para a secretaria e contabilidade não precisem mais de uma, duas horas diárias e tenham tempo para estar quase a tempo inteiro com os outros camaradas na produção. O mesmo com os responsáveis de cada sector.

Não se sentirão meros produtores, mas sentir-se-ão responsáveis na comercialização, contabilidade e escrita como os encarregados das escritas gerais.

O grupo sócio cultural que aparece com uma série de funções ambiciosas não será um grupo isolado ou desenraizado.

Nascerá dos elementos dinamizadores de cada equipa de trabalho ou não existirá.

Conforme as épocas agrícolas todos participaremos no trabalho de todos os sectores conforme a escala de serviço elaborada por todos os responsáveis.

O ideal que ambicionamos é que tudo nasça da base, como tudo nasce da terra; primeiro a semente, depois a planta, depois o fruto. Assim as necessidades urgentes e os problemas fazem nascer as equipas.

As equipas em acção, criarão os serviços necessários. As equipas farão nascer a comissão de trabalhadores e a assembleia geral - a cooperativa inteira - ligar-se-á a nível de zona, de região e a plano nacional à medida que isso for urgente e vital para sobreviver e ter sentido.

O desafio que nos propomos a nós próprios depois de um ano de trabalho e reflexão, atrevemo-nos a publicá-lo para nos poder servir de teste e auto-crítica e pomo-lo à disposição dos outros para o usarem e corrigirem na medida em que lhes parecer útil.

LISTA DOS COOPERADORES DA TORRE BELA – Em Abril de 1976

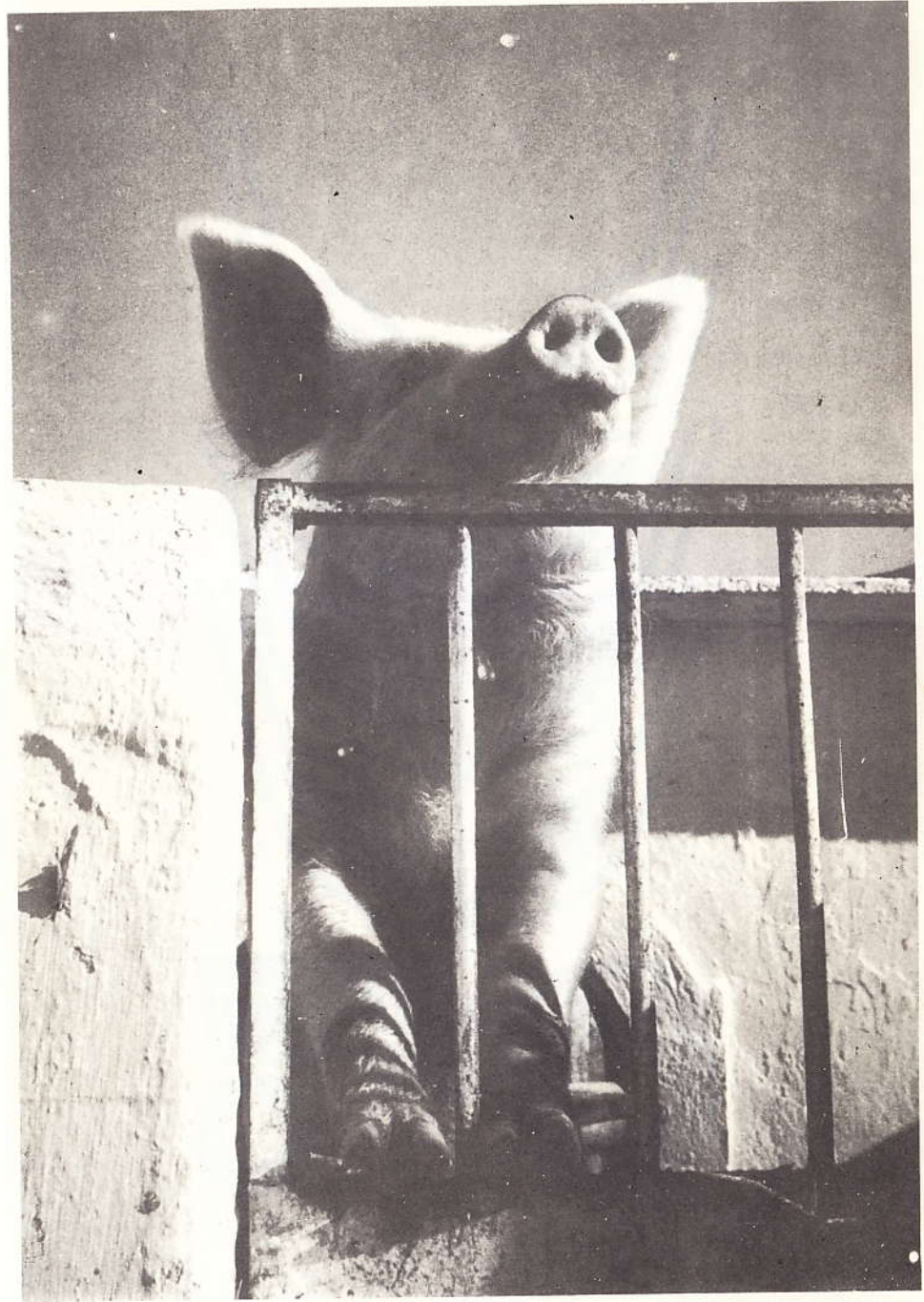
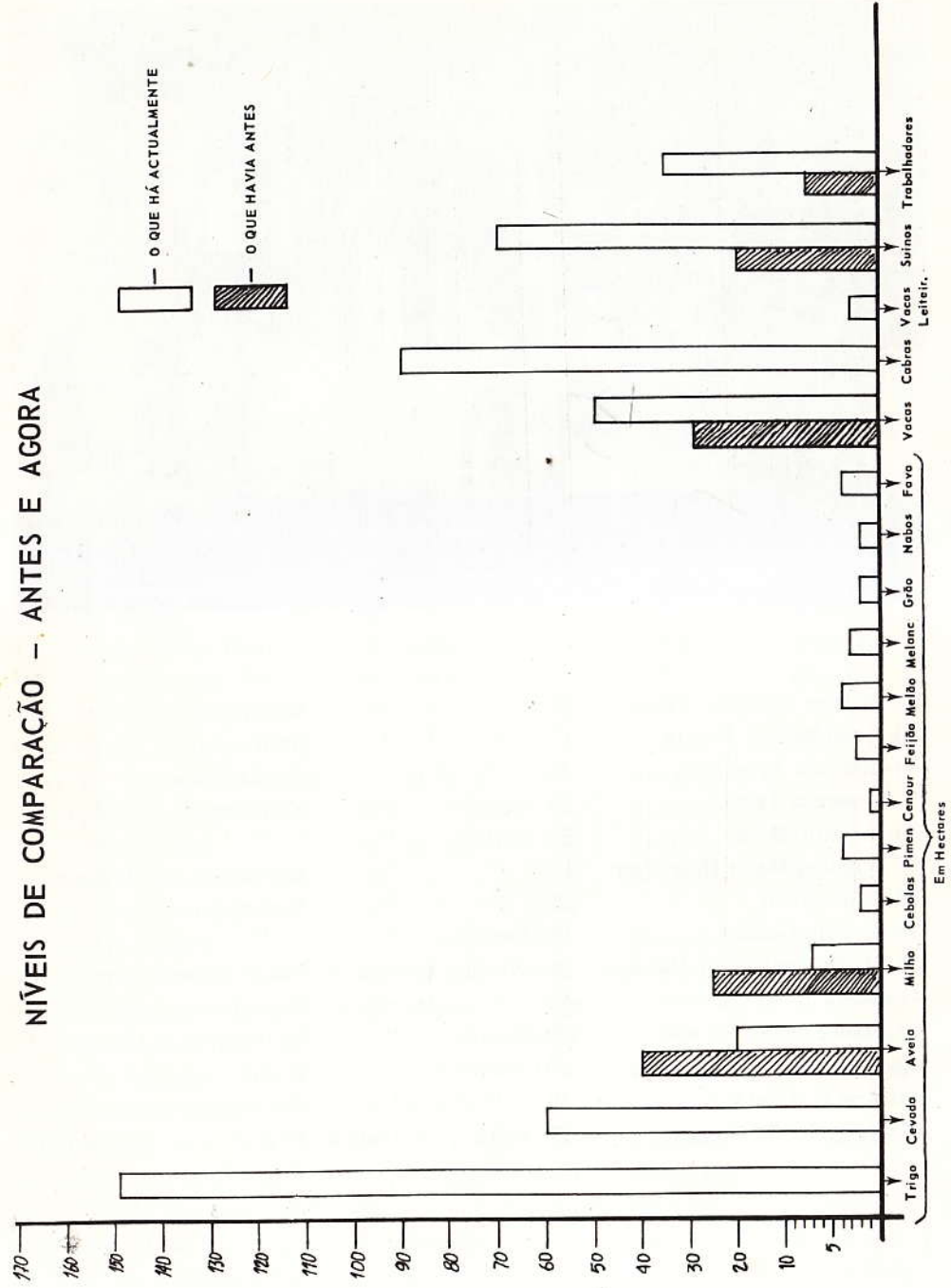
COOPERATIVA AGRICOLA POPULAR DA TORRE BELA  
MANIQUE DO INTENDENTE – ALCOENTRE

Nome	Idade	Estado	Profissão	Naturalidade	Residência
1-Albino Corceiro	68	casado	trabalhad.	Ponte de Sôr	Torre Bela
2-Amorim Alexandre	24	solteir.	”	Manique	Ereira
3-António Alves Varino	39	”	”	Maçussa	Maçussa
4-António J. Silva	48	”	”	Baleizão	Torre Bela
5-Camilo Mortágua	42	divorc.	”	O. de Azemeis	”
6-Celestina Tomás	35	casada	”	Pontével	”
7-Carlos José Rodrigues	53	casado	”	Maçussa	Maçussa
8-Eugénio Damas	42	”	”	”	”
9-Herculano Valada Martins	25	”	”	Manique	Manique
10-João Alexandre	36	”	”	”	Torre Bela
11-João Filipe	54	”	”	”	Manique
12-Joaquim Alves Duarte	32	solteir.	”	Maçussa	Torre Bela
13-Joaquim Tomás Varino	48	casado	”	”	Maçussa
14-Joaquim Filipe	40	”	”	”	”
15-Joaquim Jerónimo Silva	31	”	”	Cartaxo	Torre Bela
16-José Carlos C. Rodrigues	25	solteir.	”	Maçussa	”
17-José J. Aniceto	30	”	”	Manique	”
18-José de Sousa	55	casado	”	Redondo	”
19-Manuel Francisco	38	”	”	Maçussa	Maçussa
20-Manuel Silvério Paiva	26	”	”	”	”
21-Manuel Simões	55	solteir.	”	Manique	Manique
22-Maria Carolina	49	viúva	”	Maçussa	Maçussa
23-M. Júlia Duarte Gabriel	28	casada	”	”	”
24-Maria do Rosário	35	”	”	”	”
25-Maria Pedrosa	71	”	”	P. de Sôr	Torre Bela
26-Mário Ambrósio	40	solteir.	”	Santarém	”
27-Túlio Damas	36	”	”	Maçussa	Maçussa
28-José Rabaças Gaspar	37	casado	professor	Manteigas	”
29-Leonardo Ventura	30	”	trabalhad.	Maçussa	Cartaxo
30-Elisa Filipe	48	casada	”	Manique	Manique
31-Maria do Rosário B. Pereira	21	solteir.	”	L. Marques	Torre Bela



32-Wilson Faustino Filipe	28	”	”	Manique	”
33-João Manuel Duarte	17	”	”	Sintra	”
34-António Agostinho	43	”	”	Av. de Cima	”
35-Joaquim Tomás	26	casado	”	Manique	Manique
36-António Mota	30	solteir.	”	”	”
37-Ventura Major Henriques	17	”	”	Lisboa	Maçussa
38-Mário João	22	”	”	Maçussa	”
39-Emídio Gabriel	39	casado	”	”	”
40-M. Eduarda F. R. Rabaça	28	casada	professora	Faial-Açores	Torre Bela
41-Maria Rosa Cândido	43	”	trabalhad.	Maçussa	Maçussa
42-Manuel Raúl Líbano	63	casado	”	Manique	Manique
43-Argentina R. Líbano	50	casada	”	Ereira	”
44-Ana G. Costa	46	”	”	Maçussa	Maçussa
45-Jorge N. T. Morgira	17	solteir.	desenhad.	Porto	Torre Bela

# NÍVEIS DE COMPARAÇÃO - ANTES E AGORA



Composto e Impresso  
na GRAFIBOM  
Coop. de Produção Gráfica  
Telef. 62112 - Bombarral

